

Orçamento participativo escolar: análise de uma experiência de democratização.

Profa. Dra. Andréa Rosana Fetzner

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Eixo: A democracia na escola.

akrug@uol.com.br

*“O lugar do pensamento é sempre uma atitude; e,
no conjunto das atitudes, tomam corpo nossas idéias.
E estas, encorpadas, fazem o Mundo “cabem” dentro da pessoa humana.
Com esse nosso proceder começamos a compreender a tal
“interpretação da realidade”.*
(PAULO FREIRE et alii, 1987:11)

Neste artigo, apresento o estudo sobre uma experiência vivida junto a uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, na rede pública de ensino de Porto Alegre, no ano de 1999. Esta experiência consistiu na elaboração coletiva entre pais, alunos, professores e gestores, da proposta de gestão escolar daquela escola para o ano 2000 e, nesta elaboração, a metodologia do orçamento escolar é apresentada em intensa relação entre os conceitos de educação popular e democratização escolar.

Este estudo foi realizado na metodologia da pesquisa participante, por meio de minha participação na equipe gestora do projeto na Rede Municipal de Ensino e, para sua apresentação, situo historicamente a cidade de Porto Alegre, o surgimento do orçamento participativo naquela cidade e o desenvolvimento do projeto educacional chamado gestão democrática, por meio do qual se constrói a Escola Cidadã, e no qual um dos seus desdobramentos é o orçamento participativo escolar. A análise desta experiência é realizada com os conceitos de educação popular (Freire, 1975, 1982, 1985, 1987, 1997) e de democratização escolar, trabalhados por Apple e Beane (2001) e Paro (2001; 2006), nos quais a democratização escolar ultrapassa os limites do acesso e da gestão, gerando outras formas curriculares e avaliativas, buscando a consolidação de uma escola democrática nas relações culturais que estabelece e em sua concepção de conhecimento e currículo.

1. A cidade de Porto Alegre e o orçamento participativo

A cidade de Porto Alegre é capital do estado do Rio Grande do Sul, este estado é o mais meridional do Brasil. A cidade apresenta cerca de um milhão e quatrocentos mil habitantes, com área territorial de 497 km². Em 2000, seu PIB indicava o per capita de R\$ 10.437,00 (Dados IBGE, 2003), o que se aproxima de € 3.865,00. A economia é baseada em serviços, com 56,48% dos estabelecimentos que geram 73,08% dos empregos e, no comércio, com 31,65% dos estabelecimentos que geram 14,35% dos empregos (Dados Rais/MTE, 2002). A rede municipal de ensino de Porto Alegre possui em torno de 44 mil alunos e 3.800 professores (Dados de 2005, INEP/BRASIL).

No ano de 1989, logo após o período da ditadura militar no Brasil¹ a cidade de Porto Alegre passa a ser governada pela Administração Popular, um bloco político formado por partidos de esquerda, tendo como principal articulador o Partido dos Trabalhadores. Este bloco se identificava com as forças políticas comprometidas com a necessidade de transformação das condições sociais e econômicas excludentes impostas

¹ A ditadura militar brasileira começou em 31 de março de 1964, por meio de um golpe de estado. O período de restauração da democracia começou em meados dos anos 80, sendo que a primeira eleição direta para Presidência da República aconteceu somente em outubro de 1988, e o governo eleito, então, assumiu em 01 de janeiro de 1989.

pelo capitalismo à maioria da população. Em seu Programa, o Partido dos Trabalhadores se propunha a prática da democracia, acreditando que esta é “*a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada*” (PARTIDO DOS TRABALHADORES in LÖWY, 1999: 496 e 497).

O desafio político consistia em oportunizar uma nova dinâmica política entre governados e governantes (KRUG, 2006), onde o voto direto não encerra a atuação política e onde os espaços de participação e de deliberação sobre os destinos da vida na cidade sejam ampliados. Como um dos eixos desta ampliação dos espaços de participação e deliberação coletiva, a Administração Popular estabelece na cidade o orçamento participativo.

O orçamento participativo consiste na discussão, com a população, das suas prioridades de investimento por região da cidade. Ou seja, em cada pequena região da cidade, as moradoras e os moradores apresentam aos governantes quais são suas prioridades e, assim, definem sobre obras, investimentos e políticas setoriais. O acompanhamento da aplicação do orçamento público por delegados do Orçamento, eleitos entre os cidadãos que acompanham às Assembléias Públicas regionais, além de instrumentalizar a população para lidar com peça do orçamento público, diminui a possibilidade de corrupção e de má aplicação do dinheiro.

O orçamento participativo possibilitou, portanto, a constituição de fóruns de participação popular na discussão das políticas públicas e, conseqüentemente, espaços pedagógicos de estudo da cidade, seus problemas cotidianos e sua realidade sócio-econômica e cultural por seus habitantes (KRUG, 2006).

Navarro (in GENRO, 1997), ao pesquisar sobre os impactos políticos do Orçamento Participativo, apontou:

- forte redução das práticas clientelistas, nas quais o cidadão ou a cidadã eram submetidos à avaliação da validade de suas reivindicações por vereadores da Câmara Municipal, e, quando suas reivindicações eram atendidas eram vistas como “favores” e não “direitos”;
- a percepção, pela população, dos resultados alcançados nas regiões e da relação entre “bons resultados” e “bons delegados”, construindo a noção de representação como um valor social de sustentabilidade política;
- redução dos desejos emancipacionistas em diversas regiões da cidade;
- construção de canais diretos de comunicação e negociação das comunidades de renda mais baixa com as autoridades municipais, e instrumentalização dessas comunidades para tratamento de temas complexos como orçamento e seus mecanismos;
- política salarial do funcionalismo municipal e valorização do serviço prestado por esse à população, obtidos por meio da relação direta entre funcionalismo e grupos sociais;
- desperdícios evitados em obras públicas, em função da fiscalização da população às obras;
- transparência da Administração na alocação e disponibilidade de recursos;
- reversão no conjunto tradicional de prioridades, provocando a transferência de recursos para as áreas mais pobres da cidade.

Do ponto de vista pedagógico, o Orçamento Participativo possibilita o exercício da cidadania na dimensão do exercício político: ao discutir coletivamente seus problemas, a comunidade se constrói comunidade, os problemas deixam de ser individuais e passam a ser contextualizados nas necessidades coletivas (KRUG, 2006).

Entre os desafios do Orçamento Participativo, pesquisadores como Navarro (in GENRO, 1997) indicavam o conflito entre democracia representativa e a estrutura de democracia direta proposta pelo Orçamento Participativo. No centro deste conflito, os vereadores da Câmara Municipal que viram seu poder político diminuir, uma vez que o

atendimento de reivindicações agora se dava via orçamento e não mais por seu poder de influência junto ao Governo Municipal. A relação entre vereadores e população se encontrava profundamente alterada: a população não necessitava mais se apresentar “*com o pires na mão*”² para que seus direitos fossem atendidos, agora, a idéia na qual o poder político do vereador muitas vezes se difundia, de que direito era “*favor*”, estava abalada.

O Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre ainda é realidade, embora descaracterizado em alguns de seus procedimentos e, principalmente, em sua força política na definição de políticas públicas, desde que a Frente Popular perdeu as últimas eleições municipais (em Outubro de 2004).

2. As escolas municipais e o projeto de gestão democrática

Em 1989, na primeira gestão da Administração Popular (1989-1992) em Porto Alegre, o projeto educacional desenvolvido na cidade promoveu a recuperação salarial dos professores e das professoras e a qualificação da rede física das escolas, além de ampla formação continuada em serviço, em especial, na discussão do construtivismo. Após estas medidas, os índices de reprovação escolar, que no Brasil são ainda muito altos, continuavam aproximadamente entre 22% e 5%, respectivamente (AZEVEDO, 1999; KRUG, 2006, FETZNER, 2007).

Foi somente na segunda gestão da Administração Popular que o conceito de gestão democrática foi incorporado pela Secretaria Municipal de Educação, portanto, o movimento da democratização que se constituía por meio do Orçamento Participativo na cidade, era, agora, incorporado na discussão educacional. Foi nesta segunda gestão que o projeto Escola Cidadã se desenvolveu e teve como base a democratização do Estado e auto-organização da sociedade (PILLA VARES, 1996).

O projeto Escola Cidadã foi construído com a criação de canais de participação e de decisão na escola, daqueles que são os usuários dos serviços (pais, alunas/os, professores/as). Entre estes canais de participação criados, encontram-se a reestruturação de Secretaria Municipal, a eleição direta de diretores e vice-diretores das escolas de forma paritária (entre professoras/es e funcionárias/os, pais e alunas/os), a criação dos Conselhos Escolares e a Constituinte Escolar.

Na reestruturação da Secretaria Municipal de Educação realizou-se a reorganização interna onde se colocou a atividade-meio, a administrativa, a serviço da atividade-fim, a pedagógica (AZEVEDO, 1999). Nesta reorganização, o rompimento com os encaminhamentos compartimentados e burocratizados dentro da Secretaria foi fundamental para a criação de canais diretos de participação da Escola na Secretaria e da Secretaria na Escola, esta última efetivando-se na figura dos assessores escolares (ver AZEVEDO, 1999, 2000, 2007; KRUG, 2006).

O processo de eleição direta de diretores e vice-diretores de escola envolveu a elaboração coletiva da proposta e a formação específica dos eleitos para gestão após a eleição, e uma formação, por categoria, dos funcionários, alunos, pais ou responsáveis pelos alunos e professores para participação nos Conselhos Escolares, os quais se constituíram no órgão máximo de deliberação das escolas. Na eleição de diretores e vice-diretores, os votos dos alunos e de suas famílias têm o mesmo valor que os votos dos professores e professoras e funcionários e funcionárias de escola.

A Constituinte Escolar foi o processo através do qual se construíram os princípios orientadores da Escola Cidadã. Estes princípios definem a orientação quanto à gestão democrática, ao currículo escolar, à avaliação e aos princípios de convivência

² No Brasil esta expressão representa a idéia de pedir esmolas.

na escola (ver AZEVEDO 2000, SMED, 2000, KRUG, 2006 e ROCHA, 1996). Este processo iniciou-se em 1993, com reuniões por categorias (alunos/as, pais e responsáveis, professores/as e funcionários/as) em cada escola municipal, discutindo sobre os quatro eixos do Congresso: gestão, currículo, avaliação e convivência escolar. Ao fazer esta discussão, cada grupo respondia qual escola tinha e qual escola desejava quanto a estes eixos.

Destas discussões por escola, saíam representantes para reuniões regionais onde os princípios da Escola Cidadã foram construídos e levados para o Congresso Constituinte Escolar, no ano de 1994, o qual contou com a representação de todas as categorias de quase todas as escolas da Rede (duas escolas optaram por não participar). Deste Congresso resultaram os noventa e oito princípios da Escola Cidadã. Entre estes princípios, encontramos, por exemplo:

Quanto à gestão:

Princípio 1 - A construção da gestão democrática na escola passa pela garantia da participação de todos os segmentos nas decisões e encaminhamentos.

Quanto ao currículo:

Princípio 27 – O papel do educador é colocar-se junto ao aluno, problematizando o mundo real e imaginário, contribuindo para que se possa compreendê-lo e reinventá-lo, crescendo e aprendendo junto com o aluno, tentando vivenciar com ele seus conflitos, invenções, curiosidades e desejos, respeitando-o como um ser que pensa diferente, respeitando a sua individualidade.

Quanto à avaliação:

Princípio 56 – Na avaliação do aluno, ele é parâmetro de si mesmo.

Quanto à convivência:

Princípio 78 – Convivência centrada no respeito mútuo, garantindo a livre expressão e argumentação em igualdade de condições entre: comunidade escolar; comunidade escolar e mantenedora; comunidade escolar e órgãos/entidades afins.

(SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE, 2000)

O orçamento participativo escolar, objeto deste estudo, foi desencadeado como consequência deste processo.

3. O orçamento participativo escolar

O orçamento participativo escolar, inspirado no orçamento participativo da cidade, foi implementado como decorrência do projeto de democratização escolar e um dos desdobramentos do projeto Escola Cidadã. Implicava na construção do planejamento anual da escola com a participação direta da comunidade escolar e, como decorrência deste plano anual, projetos específicos a serem executados com verba disponibilizada para a região escolar, composta por um conjunto de escolas de ensino fundamental, infantil e, em algumas regiões especiais e de ensino médio.

Os representantes deste conjunto de unidades escolares da região eram os responsáveis por avaliar os projetos específicos, aprovar os considerados mais importantes para a região escolar e acompanhar a execução dos mesmos.

Para Azevedo, este processo consistia em uma ampliação das estruturas participativas, *“fortalecendo a cidadania e possibilitando que a comunidade se aproprie de mecanismos políticos e administrativos da estrutura estatal, tornando-a*

participe ativa no dimensionamento, na priorização e na execução das despesas públicas”. (2000, p. 135).

O processo do orçamento participativo escolar envolvia várias etapas, desde a construção do Plano Anual nas Unidades de Ensino, a participação nas Assembléias da escola para aprovação do Plano Anual e nas Plenárias Regionais onde os projetos das escolas eram avaliados e escolhidos, até o acompanhamento, pelos delegados escolhidos nas regiões, dos projetos contemplados e avaliação do processo.

Tanto para Apple e Beane (2001) quanto para Paro (2001) o conceito de democracia pode servir para vários projetos. Segundo Apple e Beane:

O significado de democracia é igualmente ambíguo em nossos dias, e a conveniência retórica dessa ambigüidade é mais evidente do que nunca [...] Pode-se entender, por exemplo, que as alegações de democracia sejam usadas para embasar movimentos por direitos civis, por maiores privilégios eleitorais e proteção ao direito de livre expressão. Mas a democracia também é usada para favorecer as causas das economias de livre mercado e dos fiadores para opções escolares, e para defender o predomínio dos dois maiores partidos políticos. Ouvimos a defesa da democracia usada inúmeras vezes, todos os dias, para justificar praticamente tudo o que as pessoas querem fazer: “Vivemos numa democracia, certo?” (2001, p. 15)

Paro, desenvolvendo o conceito de democracia, retoma o conceito de cidadania, indicando que o homem, por ser histórico, transcende a natureza, modificando e, ao modificá-la, transforma a si mesmo. A cidadania, nos termos históricos em que hoje a podemos entender, implica em uma condição coletiva, ou seja, não conseguimos ser cidadãos em condição de “privilégio”, mas em condição que se aplica a todos os que compartilham de determinado tempo e espaço social conosco: *“a ação do indivíduo diante dos demais indivíduos deve ocorrer de tal modo que, para preservar seus direitos (como direitos de indivíduo e não como privilégios de pessoa), sejam preservados também os direitos dos demais indivíduos.”* (2001, p. 10).

Para o mesmo autor, a democracia precisa ser vista em seu significado histórico atual, de *“mediação para a construção da liberdade e da convivência social, que inclui todos os meios e esforços que se utilizam para concretizar o entendimento entre grupos e pessoas, a partir de valores construídos historicamente* (PARO, 2001, p. 10).

A idéia da democratização escolar envolve, portanto, a idéia de universalização de direitos, de superação de barreiras escolares (físicas, intelectuais, culturais) que possibilitem a todos e todas que buscam a escola a concretização de sua função social: o acesso ao conhecimento, a formação em uma sociedade justa, democrática, plural.

Em Porto Alegre, a democratização escolar foi traduzida nos eixos de democratização da gestão, do acesso à escola e do conhecimento escolar. Por democratização da gestão, entende-se a democratização das decisões escolares, da escolha do Diretor, das definições de funcionamento, curriculares, etc. Na democratização do acesso à escola são entendidas as medidas que buscam oportunizar a vaga escolar e a permanência na escola após a matrícula e, na democratização do conhecimento escolar ações coletivas que busquem a construção curricular e de propostas avaliativas coerentes com as necessidades apresentadas por aqueles que são os sujeitos da escola.

No que se refere à democratização do conhecimento escolar foram implementadas algumas transformações escolares, entre elas, a organização do ensino em ciclos de formação³, o rompimento com práticas curriculares e avaliativas seriadas⁴, a criação de serviços de apoio ao ensino como Laboratórios de Aprendizagem, professores itinerantes, entre outros (ver KRUG, 2006).

A experiência de orçamento participativo que será apresentada refere-se ao processo de uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre, e, dentro da perspectiva de estudo aqui adotada, representa um recorte de uma experiência mais ampla, adotada com todas as Unidades Escolares da cidade, mas que, em cada uma destas, tem suas singularidades.

Segundo Apple e Beane:

No meio dos ataques gerais à educação, temos de manter viva a longa tradição da reforma educacional democrática que desempenhou o papel importantíssimo de fazer de muitas escolas lugares cheios de vitalidade e força para aqueles que as freqüentam. Em vez de renunciar à idéia das escolas “públicas” e descer a estrada que leva à privatização, precisamos nos concentrar nas escolas que dão certo. (2001, p. 11).

A escola onde a experiência de orçamento participativo escolar foi estudada é uma escola da Rede Municipal de Ensino da cidade de Porto Alegre, situada na periferia da cidade. De 1962, ano de sua criação, até 1991 pertencia a um município que faz fronteira com Porto Alegre e, em 1992 é incorporada à Rede Municipal de Porto Alegre.

Em 1999, a escola atendia a 1500 alunos, com 96 professores. Estruturalmente, contava com Laboratório de ciências, sala de artes, refeitório, cozinha e quadra de esportes coberta. Neste mesmo ano, a escola vivia uma crise interna, entre direção, professoras e professores e comunidade, isto vai se refletir nas avaliações desencadeadas para organização do orçamento participativo.

Em reuniões por categoria, professoras e professores e funcionárias e funcionários, famílias e alunos, avaliaram a realidade existente na escola e a realidade desejada. As tabelas a seguir demonstram algumas das avaliações realizadas:

Tabela A. Professoras/es e funcionárias/os:

REALIDADE EXISTENTE	REALIDADE DESEJADA	ANÁLISE
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de compromisso pedagógico com a escola como um todo (não participação nas reuniões pedagógicas). - Ensaio da Banda perturbando no horário de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> - A direção deve assumir, ao lado das/os professoras/es, e demais segmentos da escola, o compromisso pedagógico da escola. - Apresentação dos projetos da Banda e Grupo de Dança com critérios definidos e aprovação pelos segmentos do Conselho Escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - A postura da direção é responsável pela dificuldade pedagógica da escola. É necessária uma mudança postura da direção. - Falta criar espaços para a discussão coletiva e registro de todas as atividades da escola.

³ Este processo ocorreu de forma gradativa e participativa desde 1995, expandindo-se a toda rede no ano de 2000. Em 2005, os ciclos abrangiam todas as 51 escolas municipais que oferecem o ensino fundamental (sendo quatro escolas especiais e uma escola de educação básica), tendo cada ciclo de formação a duração de três anos, perfazendo nove anos de ensino fundamental

⁴ A série, associada à idéia de graduação do conhecimento, organiza-se em blocos de conteúdos previamente definidos (por professores, ou por mantenedoras de redes de ensino ou mesmo pelo livro didático) para cada ano escolar a ser cursado, compartimentando o conhecimento, com base na idéia de linearidade. É a linearidade proposta pela série que implica a aprovação ou reprovação dos alunos ao final de cada ano letivo, considerando que o conteúdo trabalhado em uma série não será abordado de forma integral na série seguinte.

Tabela B. Famílias:

REALIDADE EXISTENTE	REALIDADE DESEJADA	ANÁLISE
<ul style="list-style-type: none"> - Pouco espaço físico para recreação das crianças. - Escola não oferece nenhum curso extra (oficinas). 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior participação dos professores nas práticas esportivas e culturais. - Oficinas de artesanato para a comunidade (tricô, cestaria, bordados e culinária) e reciclagem de materiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - É necessário um projeto de monitores para o recreio e reunião sistemática com professores para esclarecimentos. - Muitas coisas acontecem porque não há uma forma de comprometer mais a participação dos pais.

Tabela C. Alunos:

REALIDADE EXISTENTE	REALIDADE DESEJADA	ANÁLISE
<ul style="list-style-type: none"> - Merenda insuficiente e repetida. - Muitas brigas. - Os ensaios da banda atrapalham as aulas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Música no recreio e liberação das bolas de vôlei. - Usar o Sant'Hilaire ou o pátio ao lado aumentando o espaço. - Ensaios da Banda fora do horário de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> - O espaço e a alimentação na escola têm que ter qualidade. - Tem que ter menos grades para o espaço ser melhor. - Mais espaço para música e recreação.

Partindo destas análises, discutidas primeiramente com cada segmento e depois apresentadas em uma reunião entre todos da escola, algumas ações estratégicas foram traçadas e o orçamento escolar para o ano seguinte (2000) foi planejado buscando atender as estratégias elaboradas. As estratégias seguintes referem-se ao atendimento da necessidade de criação de cursos extras na escola (oficinas).

- Aquisição de recursos diversos para a realização das oficinas.
- Organização de espaço físico para realizar as oficinas.
- Recursos didáticos diversos que a Escola possui com condições de utilização.
- Elaboração de um projeto de informática educativa com o coletivo de professores.
- Implementação do Projeto na Escola.
- Divulgação do Projeto comunidade.
- Estabelecimento de critérios para a participação da comunidade escolar no Projeto.

Cada uma das estratégias foi acompanhada da descrição dos recursos necessários (físicos, materiais, metodológicos e humanos) e da previsão da fonte de financiamento. Entre as fontes de orçamento disponíveis encontravam-se as verbas do plano de aplicação de recursos que se referiam aos recursos disponíveis para a escola pela Secretaria Municipal de Educação, as verbas do Ministério de Educação e Cultura, disponíveis, também, diretamente na conta bancária da escola e as verbas do orçamento participativo escolar, as quais deveriam passar pelo processo de discussão e avaliação regional, ou seja, com outras escolas da Rede Municipal, na região.

Dentre as estratégias apresentadas anteriormente, somente a primeira (aquisição de recursos diversos para a realização das oficinas), foi encaminhada como projeto para discussão na região, dependendo, portanto, das verbas o orçamento participativo escolar, pois, entre as demais que envolviam recursos, os mesmos poderiam ser providos pelas verbas disponíveis diretamente à escola.

A escola, portanto, elaborou um Projeto para encaminhamento ao orçamento participativo escolar, intitulado “Escola mais Viva!”, onde apresentava a justificativa, os objetivos e o plano de aplicação dos recursos solicitados. O projeto, em sua essência, apresentava a necessidade da escola de abrir-se para a comunidade “*socializando seus espaços nas manifestações culturais desta e oportunizando vivências que intensifiquem vínculos entre os diversos segmentos desta comunidade escolar*” (PROJETO ESCOLA VIVA, 1999, p. 2). Além do redimensionamento dos espaços físicos da escola, o

Projeto previa oferecer curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para a comunidade e oferecer material didático-pedagógico para as áreas de conhecimento escolar.

Esta experiência demonstra algumas das formas possíveis de construirmos, em espaços escolares, espaços de aprendizagem de cidadania e democracia, onde as avaliações e as ações decorrentes destas avaliações sejam construídos com aqueles que são objetos e, ao mesmo tempo, tornam-se sujeitos destas ações.

O estudo da realidade escolar por seus constituintes, ou seja, pelas professoras e professores, funcionárias e funcionários, pelas famílias e as alunas e alunos, constituem o que Freire chamava de conscientização, o processo por meio do qual o ser humano deixa de ser objeto da história e passa a se construir enquanto sujeito, tomando a história em suas mãos e fazendo a transformação social:

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos comer por aliená-los ou mantê-los aliená-los. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (1975, p. 95).

A realidade existente, na perspectiva dos avaliadores da escola, seus constituintes, apresenta diferentes problemas e diversas estratégias, que focalizam a relação que os sujeitos têm com as informações coletadas: não são outros a avaliar, as informações obtidas no processo geram ações a serem desenvolvidas pelos mesmos, dentro das condições possíveis para o grupo envolvido.

Conclusões

Este estudo se propôs a trazer uma experiência de democratização escolar de uma escola pública municipal de ensino fundamental da cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Esta experiência consistiu na prática do orçamento participativo escolar, que é desenvolvido por meio de um processo de planejamento coletivo, do qual participaram as famílias, os alunos e as alunas e os professores e as professoras e funcionários e funcionárias.

No desenvolvimento do estudo, foi apresentada a experiência do orçamento participativo na cidade de Porto Alegre, processo desencadeado por uma colisão de partidos de esquerda, no período pós ditadura militar no Brasil, e que consistiu em oportunizar uma nova dinâmica política entre os moradores da cidade e seus governantes, através de Assembléias Públicas regionais.

Nas Assembléias Públicas regionais, os participantes apresentavam os problemas de sua região, discutiam suas necessidades principais e elegiam as prioridades para investimento. Também nestes fóruns eram eleitos os delegados do orçamento, responsáveis pelo acompanhamento da execução dos investimentos necessários pela Prefeitura.

Esta experiência desenvolvida no conjunto da cidade foi também realizada dentro da proposta de democratização escolar, a qual incluiu um conjunto de medidas, entre estas a reestruturação da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, buscando atender com prioridade as necessidades pedagógicas da gestão e colocando os aspectos administrativos de forma a atender ao desenvolvimento pedagógico esperado, a eleição direta de diretores e vice-diretores de escola, a constituição dos órgãos colegiados chamados Conselhos Escolares e a Constituinte Escolar.

O orçamento participativo escolar consistia na construção do planejamento anual da escola com a participação direta da comunidade escolar e, decorrente deste planejamento, projetos específicos a serem executados com verba disponibilizada por região escolar, e, portanto, implicavam no debate coletivo, com as escolas da região, e no atendimento de necessidades coletivas.

Esta experiência foi analisada por meio do conceito de democratização escolar, o que implica em universalização de direitos ligados ao acesso à escola, ao conhecimento e a gestão coletiva dos bens públicos, neste caso, a escola.

A validade da experiência analisada encontra-se na promoção do debate coletivo sobre a sua realidade, no domínio da elaboração de soluções para a superação dos problemas encontrados e da capacitação para realização das propostas coletivamente construídas.

Referências

- APPLE, Michael e BEANE, James (org). *Escolas democráticas*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- AZEVEDO, Jose C. *Escola Cidadã: desafios, diálogos e travessias*. Petrópolis: RJ, Vozes, 2000.
- AZEVEDO, Jose C. *Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã*. Porto Alegre: Sulina, Editora Universitária Metodista, 2007.
- AZEVEDO, Jose Clovis de. *Brasil “quinientos” anos: descobrindo novos atores*. Curso Verão, 1999.
- AZEVEDO, Jose Clovis de. Ensino por ciclos: a democratização do conhecimento na rede municipal de ensino de Porto Alegre. *Pátio*, Porto Alegre, v. 1, n. 0, p. 31-32, fev./abr. 1997.
- ESCOLA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Projeto OP Escolar: Escola Mais Viva! 2000.
- FETZNER, Andréa Rosana. *Falas docentes sobre a não-aprendizagem escolar nos ciclos*. Orientador (in memoriam): Hugo Beyer; orientadora Vera Maria Vidal Peroni, co-orientadora: Maria Teresa Esteban. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. 2007.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Trad. de Rosiska Darcy de Oliveira. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Textos 5. 2ª. ed. Porto: Afrontamento. Ed. João Barrote, 1975.
- GOVERNO BRASILEIRO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS. *Dados estatísticos*. Site: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm>
- GOVERNO BRASILEIRO. MINISTÉRIO DO TRABALHO. Rais. Estatísticas. Site: <http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp#caged>

- KRUG, Andréa Rosana Fetzner. Desseriari o ensino: qual currículo? Qual conhecimento? In: KRUG, Andréa R. F. (org.). *Ciclos em revista: a construção de uma outra escola possível*, vol. 1., 2ª. ed. Rio de Janeiro: WAK Ed. 2007, p. 81-94.
- KRUG, Andréa. *Ciclos de Formação: uma proposta transformadora*. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Trad. Cláudia Schilling, Luiz Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- NAVARRO, Zander. Uma análise do OP: sua implantação e desenvolvimento. In: GENRO, Tarso. *Porto da Cidadania*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- PARO, Vitor Henrique. *Escritos sobre Educação*. São Paulo: Xamã, 2001.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3ª. ed. São Paulo; Editora Ática, 2006.
- PILLA VARES, Sônia, et al. *Estado, democracia e educação: construindo a qualidade social*. SMED, 1996. Mimeo.
- ROCHA, Silvio (org.). *Proposta político-educacional para a organização dos espaços-tempos na escola municipal*. Cadernos Pedagógicos n.º 9, Porto Alegre: SMED, dez., 1996.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. *II Congresso Municipal de Educação: teses e diretrizes*. Cadernos Pedagógicos n.º 21. Porto Alegre: SMED, março de 2000.